

Plano Pluri Anual

2016-2019

Relatório Anual de Avaliação - 2019

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Plano Pluri Anual

2016-2019

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário de Avaliação , Planejamento, Energia e Loteria - Interino

Nelson Leitão Paes

Subsecretário de Planejamento Governamental

Fernando Sertã Meressi

Equipe Técnica

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Daniel Souza Coelho

Debora Nogueira Beserra

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Ernesto Batista da Silva Filho

Flávia Pedrosa Pereira

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Nivaldo de Oliveira Sousa

Paulo Sérgio Alves Pinto

Rafael Martins Neto

Roberto Wagner da Silva Rodrigues

**Plano
Pluri
Anual**

2016-2019

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Exercício 2019

PROGRAMA 2046

OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Associado à diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 de “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”, o programa consolida os objetivos e metas de várias políticas públicas.

Abrangendo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), o Programa ainda inclui as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), instituição que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar, visando orientar pesquisas, orientar o monitoramento e prover a logística necessária para obtenção do conhecimento e desenvolvimento das ações para uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

Os cinco objetivos do programa abrangem ações do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, Potencial Mineral e Biológico dos Fundos Marinhos (PNGC), e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), propiciando ainda a formação de recursos humanos especializados e a consolidação de uma mentalidade marítima na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019, o Programa deu continuidade às pesquisas científicas no mar e ilhas oceânicas, ao monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, à presença física na Amazônia Azul e Antártica, ao gerenciamento costeiro, ao conhecimento e uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica e à pesquisa do potencial mineral e biológico e das variáveis oceanográficas em áreas internacionais e plataforma continental brasileira, assim como ao desenvolvimento das ações de implementação da PNRM e da POLANTAR.

Ressaltam-se os resultados das atividades técnicas e institucionais para estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental - CLPC colocando o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo.

A Proposta de limites contida na Submissão Parcial Revista da Região Sul, defendida em 2018, foi aprovada pela CLPC em Mar/2019. Estão em andamento a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, apresentada em Mar/2018 e a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG) encaminhada em Dez/2018. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil para além das 200 milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 mil Km² inicialmente reivindicados em 2004.

Outro destaque em 2019 foi o término das obras da nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com inauguração prevista para Jan/2020. A taxa

de atendimento logístico de pesquisas na Antártica teve um aumento significativo em 2019, ultrapassando a meta prevista e atingindo 84,97%.

Várias dificuldades gerenciais, institucionais e orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos três indicadores do programa, ainda assim, no quadriênio, os 3 indicadores alcançaram índices superiores aos de referência declarados em 2015.

O indicador de Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, que era de 0%, em 2015, ao final do plano atingiu 76%; O número índice do indicador de Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais passou de 0 em 2015 para 113.740.000 em 2019; enquanto a Taxa de Atendimento Logístico da Demanda de Pesquisa em Oceanos e na Antártica evoluiu de 84,8% para 98,9%, patamar considerado adequado para a cobertura das demandas da comunidade científica.

PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS

O IX Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), vigente de 2016 a 2019, é o principal instrumento para promoção da pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o uso sustentável dos oceanos. O PSRM é conduzido no âmbito da CIRM para apoiar as pesquisas no mar, nas ilhas oceânicas e na Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, bem como a formação de recursos humanos em Ciências do Mar.

As seguintes ações, desenvolvidas pelo PSRM em 2019, merecem destaque:

Na Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, em 2019 foi dada continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, "Ciências do Mar", foi prontificado em julho de 2017 e entregue à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O segundo navio foi entregue à Universidade Federal do Maranhão, no segundo semestre de 2018. O terceiro será entregue a Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2020. O quarto navio tem previsão entrega em julho de 2020.

As pesquisas científicas nas ilhas oceânicas são desenvolvidas pelos Programas PROARQUIPELAGO (São Pedro e São Paulo) e PROTRINDADE (Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes). Em 2019, foram realizadas várias comissões de embarque de alunos em formação em Ciências do Mar,

A estação científica no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, permanentemente guarnecida por 4 pesquisadores vem operando sem restrições e em 2019, foram realizadas 24 expedições e apoiados 7 projetos de pesquisa que se vinculam a universidades espalhadas por todo o território nacional.

Na estação científica da Ilha da Trindade, que também vem operando sem restrições, em 2019 foram realizadas 10 expedições e apoiados 26 Projetos de Pesquisa vinculados às mais diversas áreas do conhecimento. Também em 2019, o ICMBio iniciou trabalho conjunto com a Marinha para elaboração do

plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago e do Monte Columbia (Decreto nº 9.312, de 19/03/2018).

Também é importante para o Objetivo a operação e manutenção do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil), formado por redes de boias, marégrafos, ondógrafos e outros equipamentos que visam a coleta sistemática de dados oceanográficos e climatológicos no Atlântico Sul e Tropical.

Fazem parte do GOOS-Brasil a Rede PIRATA com 8 boias fixas; a Rede PNBOIA com outras 8 boias meteoceanográficas fixas e 8 flutuadores ARGO; a rede GLOSS-Brasil com 12 estações maregráficas. Ainda existe a Rede de Ondas - coordenada pela FURG, tem por objetivo monitorar a agitação marítima em águas rasas, e é composta por ondógrafos, localizados no litoral brasileiro.

LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA ALÉM DAS 200 MILHAS

A definição do limite exterior da plataforma continental será um legado de fundamental importância para o futuro das próximas gerações de brasileiros, que verão aumentadas as possibilidades de descoberta de novos campos petrolíferos, a exploração de recursos da biodiversidade marinha, que a ciência atual reconhece como um dos campos mais promissores do desenvolvimento da biogenética, e de exploração de recursos minerais em grandes profundidades, ainda não viáveis economicamente.

Nesse sentido o Brasil apresentou a Submissão Parcial Revista da Região Sul, sendo a proposta aprovada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) em mar/2019. Apresentou também a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, em mar/2018, que se encontra em análise por uma Subcomissão da CLPC e concluiu a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), encaminhando-a em dez/2018.

A ERG é uma área de mais de 900 mil km² que possui grande valor estratégico e econômico para o Brasil, considerando seu potencial mineral e energético e com essas submissões, a área total reivindicada pelo Brasil além das duzentas milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 mil Km² reivindicados pelo Brasil ao apresentar sua submissão original em 2004.

USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO E GERENCIAMENTO DA ZONA COSTEIRA

A Política Nacional para os Recursos do Mar define como relevante o planejamento das atividades desenvolvidas no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País e reforça a importância do tema ao estabelecer, como uma das ações necessárias a “promoção da gestão integrada dos ambientes costeiro e oceânico, visando o uso sustentável dos recursos do mar”.

Para atender esse objetivo da PNRM, foi criado em 2013 no âmbito da CIRM, o Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM),

coordenado pela SECIRM e que se desdobrou nos subgrupo de Planejamento Espacial Marinho (PEM) e o de Legislação (LEG).

Durante o ano de 2019, ocorreu uma reunião do GT-UCAM, já sob o novo nome de "Grupo Técnico de Planejamento Espacial Marinho (GT-PEM)", em decorrência do Decreto nº 9.858/2019, que dispõe sobre a CIRM. Essa nova denominação se concatena com o conceito e os esforços patrocinados pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO quanto ao Planejamento Espacial Marinho (PEM).

Para a COI-Unesco "Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais que geralmente foram especificados através de um processo político".

Adicionalmente, houve a participação e a divulgação das atividades em curso no âmbito do GT-PEM, conduzido pela CIRM, em 7 eventos relevantes para angariar o apoio das diversas instituições públicas e privadas detentoras de dados marinhos ou com interesses nas atividades marinhas no país, de forma a fortalecer a implantação desta relevante política pública no Brasil.

Ainda em 2019 a SECIRM obteve o apoio da COI-UNESCO e do Governo do Reino da Suécia (por meio do Acordo Bilateral Brasil x Suécia) para patrocinar, no período de 09 a 12 de dezembro, um Curso de Capacitação em Planejamento Espacial Marinho para 19 representantes brasileiros. Esse curso supriu uma das iniciativas constantes do Plano de Trabalho do GT-UCAM (GT- PEM) aprovado em 2018, a saber: "Capacitar pessoal em Planejamento Espacial Marinho".

No tocante à iniciativa de "Adoção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais para a organização e consolidação dos dados sobre a zona costeira e marinha", foi realizado em 2019 pelo GT-PEM análise acerca da situação dos bancos de dados marinhos das instituições que constituem a CIRM, constando- se que poucas instituições possuem seus dados marinhos devidamente estruturados em bancos de dados próprios, em formatos adequados e com metadados devidamente preenchidos.

Tal constatação tornará o cumprimento da iniciativa acima citada mais demorado e trabalhoso, uma vez que demandará dos órgãos governamentais e não governamentais que detêm dados marinhos o efetivo ajustamento/cumprimento dos requisitos técnicos estabelecidos no Decreto nº 6.666/2008, que institui no âmbito do Poder Executivo federal a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e dá outras providências.

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) é conduzido na Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) pelo GI-GERCO e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Este é o maior e mais heterogêneo colegiado existente na CIRM, composto dentre órgão públicos por representantes da comunidade civil e comunidade acadêmica. Devido aos diversos interesses e expertises, a deliberação ocorre com muita diplomacia.

O GI-GERCO foi criado em 1996 com o objetivo de promover a integração de políticas públicas incidentes na Zona Costeira do Brasil e tem como atribuição

principal a elaboração e a implementação do Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC - Dec. nº 5.300/2004, Art. 7º). Até 2019 esteve em vigor o IV PAZ-ZC composto por 18 ações estratégicas, de execução compartilhada pelos membros do GI-GERCO.

O Plano de Ação de Combate ao lixo no Mar, ação prevista no IV PAF-ZC foi o destaque de 2019, com a criação do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM), reflexo do compromisso voluntário assumido pelo governo brasileiro durante a Conferência dos Oceanos, realizada em Nova Iorque em junho de 2017. O PNCLM contém 30 ações distribuídas em seis eixos temáticos, que visam mitigar e solucionar o problema.

Outra iniciativa que interage com o IV PAF-ZC é o Projeto Orla e a transferência da gestão de praias urbanas aos municípios. Em dez/18 foi lançado o “Projeto Brasil, Essa é a Nossa Praia” para orientar 20 destinos turísticos em praias urbanas na região Nordeste do país quanto à implementação de ações de gestão responsável da orla, adoção de boas práticas de sustentabilidade por gestores públicos, comunidade local e turistas.

Em Dez/2019 foi assinada a Portaria SECIRM nº 144 que dispõe sobre a reorganização do GI-GERCO, no que tange à composição, competências e forma de atuação do colegiado.

PRESENÇA BRASILEIRA NA REGIÃO ANTÁRTICA

Em 2019 o PROANTAR manteve os esforços para a continuidade das atividades de pesquisa científica no Continente Antártico e na região do Oceano Atlântico entre o Brasil e as Ilhas Malvinas. Essas pesquisas foram apoiadas diretamente por navios da Marinha, pela Estação Antártica Comandante Ferraz, em acampamentos lançados pelos Navios da MB e em parceria com outros países signatários do Tratado da Antártica,

As atividades de pesquisa desenvolvidas focalizam a análise dos ecossistemas antárticos, suas conexões com a América do Sul e as mudanças climáticas, a geodinâmica e a história geológica da Antártica e suas relações com o continente sul-americano. Atende também pesquisas sobre a química dos oceanos, a geoquímica e poluição marinha, ciências humanas e sociais, biologia humana e medicina polar, além da inovação tecnológicas.

Além disso, as Operações Antártica servem como laboratório para estudos sobre maximização da atividade de logística, de longa duração e a grande distância, executada pela Marinha do Brasil (MB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB), para apoio a atividades científicas que demandam uma complexa estrutura para atuar no continente antártico.

A Operação Antártica XXXVII, iniciada em 08 de outubro de 2018 e encerrada em 13 de abril de 2019 apoiou dezenove projetos científicos, os quais realizaram atividades embarcadas nos Navios da MB, em onze acampamentos lançados e recolhidos pelos Navios da MB, em estações estrangeiras e na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Em 23 de novembro de 2019 foi realizada a passagem de função do Grupo- Base “SPERARE” para o Grupo-Base “FERRAZ”, o qual será o primeiro a ocupar as instalações da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, prevista para ser inaugurada em Jan/2020.

O Brasil é Membro Consultivo do Tratado da Antártida desde 1983, participando na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, e ao crescente conhecimento científico daquela região. De igual forma, este status garante ao país a participação na elaboração e aprovação das Medidas, Decisões, Resoluções, diretrizes e outras normas que regulam as atividades - tanto da Marinha do Brasil quanto dos pesquisadores, dos cidadãos brasileiros - na Antártica.

Em 2019 o Brasil se fez representar na XLII Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica e no XXII Comitê de Proteção Ambiental, realizados na cidade de Praga, República Tcheca, no período de 1º a 11 de julho de 2019. As próximas reuniões (XLIII ATCM e a XXIII CEP) serão realizadas na cidade de Helsinski, Finlândia, no período de 25 de maio a 4 de junho de 2020.

Durante a XLII ATCM o Brasil apresentou documentos relacionados às ações de monitoramento realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituições parceiras desde o incêndio da antiga EACF, bem como as atividades de bioremediação, bem como, o reporte sobre andamento das obras de reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) incluindo os cuidados ambientais envolvidos e a apresentação dos novos projetos de pesquisa brasileiros aprovados na chamada nº 21/2018 do CNPq/MCTIC.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao término do PPA 2016-2019, o Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica consolida a posição ativa do Brasil em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas que propiciarão o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio logístico para a realização de pesquisas multidisciplinares na Zona Costeira, nos Oceanos, Ilhas Oceânicas Brasileiras e na região Antártica.

As dificuldades gerenciais e fiscais impactaram a implementação do Programa ao fazer, como já declinado, com que as dotações orçamentárias anuais fossem inferiores ou desalinhadas às necessidades do Programa. Contudo, de uma forma geral, os objetivos e as metas do Programa 2046 tiveram desempenho bastante razoável, pois das 15 metas, 7 foram plenamente atingidas, 2 atingiram percentual acima de 90% de execução, incluída nestas a construção da Nova EACF, uma meta acima de 50% e uma meta atingida parcialmente por dependência de organismo internacional (CPLC). Apenas 4 das metas propostas não alcançaram ao menos 50% do percentual previsto.

As ações decorrentes dos Objetivos, Iniciativas e alcance das Metas foram conduzidas de modo a aumentar a pesquisa científica, tanto no mar como na Antártica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e o gerenciamento costeiro.

Desta forma, fica evidenciado que as Políticas que orientam as atividades da CIRM, bem como os Planos que as implementam, têm caráter transversal e multissetorial, principalmente no que se refere a formalização de parcerias entre órgãos federais, universidades, empresas e institutos de pesquisa

nacionais e internacionais, adequando-se plenamente aos princípios que norteiam o Planejamento Plurianual do Governo Federal.

PROGRAMA 2058

DEFESA NACIONAL

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. O alcance dos objetivos, metas iniciativas e ações previstas no Programa Defesa Nacional é essencial para a efetividade da Política Nacional de Defesa.

Cabe ressaltar, que no período de 2016 a 2019, a estratégia adotada pelo MD, para a evolução da Política de Defesa foi a priorização dos projetos estratégicos de defesa. Essa priorização leva em consideração que os contratos relacionados a esses projetos foram estabelecidos, em geral com cláusulas de transferência de tecnologia importantes para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Cita-se como exemplos de legado desses projetos estratégicos, o conhecimento adquirido pelo País para desenvolver e fabricar meios operativos como aeronave de caça (FX-2), o cargueiro (KC-390) e os submarinos convencionais e de propulsão nuclear, tecnologias que contribuem para a autonomia do Brasil em áreas estratégicas, além de colaborar para o desenvolvimento do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Defesa Nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa (MD) e executado por meio da atuação concertada dos Comandos Militares, teve avanços no quadriênio 2016-2019, notadamente no aparelhamento das Forças Armadas; no monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras; e no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

No que concerne ao aparelhamento, as Forças Armadas passaram a dispor de quantidade maior de navios, aeronaves, viaturas e sistemas, mediante processos aquisitivos ou de modernização.

Os avanços obtidos, assim como, as dificuldades orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos cinco indicadores do programa. No quadriênio, três indicadores tiveram índices superiores aos de referência, declarados em 2015; um se manteve constante; e outro teve desempenho inferior ao ponto de partida.

O índice de operacionalidade da força terrestre, que era de 45%, em 2015, ao final do plano atingiu 74,4%; o de disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira passou de 40,11% em 2015 para 40,64% em 2019; enquanto o índice de monitoramento do espaço aéreo se manteve em 93,13% no período, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais.

Por outro lado, o índice dos meios operativos da Marinha, apresentou o resultado de 47%, quando o índice de referência em 2015 era de 48%. Por fim, o índice de participação da base industrial de defesa no PIB, evoluiu de 0,15% em 2015 para 0,17% em 2019, dado o volume de autorizações de exportação de produtos de defesa de US\$ 1,2 bilhão.

PROMOÇÃO DA MULTILATERALIDADE INTERNACIONAL NA ÁREA DE DEFESA

O Brasil avançou ao formalizar vários acordos internacionais em matéria de defesa, dentre os quais destacam-se os Acordos de Cooperação celebrados com Cabo Verde, Indonésia, Argélia, Chile e Líbano.

No que se refere à diplomacia militar, a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em outubro de 2019, implicou na saída do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e da Escola Sul-americana de Defesa (ESUD), sendo que as atividades de cooperação na América Latina terão continuidade no âmbito do Foro do Progresso para a América do Sul – PROSUL.

Considera-se, portanto, que o objetivo foi atingido em 2019, levando-se em conta os avanços nas negociações relacionados ao intercâmbio na área de defesa e o alcance das três metas componentes.

RECURSOS HUMANOS PARA AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

Ao final de 2019, foram alcançadas as três as metas relativas à capacitação. Contudo, as duas metas de alteração de efetivos da FAB não foram alcançadas, em virtude da descontinuidade da estratégia da política pública.

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

Com a finalidade de elevar a capacidade operativa, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas promoveu diversas ações e atividades no decorrer da vigência do PPA.

Cita-se como exemplos de ações relacionadas ao adestramento, a participação das Forças Armadas (FA) em operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Rio Branco e dos Exercícios Meridiano e Azuver e em missões de adestramento Aspirantex, Obangame Express, Mansup, Caribex e AdereX

Outra forma de ampliar a capacidade operacional das Forças Armadas é promovendo a modernização dos meios com que trabalham essas instituições. Em 2016 e 2017 foi implantado o treinamento de tripulações da FAB, por meio de simuladores. Esse método contribui para a formação de pilotos, com intervalo inferior a 24 meses, conforme meta estabelecida no PPA.

Foi concluído o Projeto de Racionalização do Serviço Militar, iniciado em 2016, que possibilitou o alistamento militar *on line*, gerando rapidez e simplificação do processo. Dessa forma foram cumpridas as metas associadas ao treinamento dos efetivos. A meta associada à prontidão logística dos meios da marinha não

foi atingida em razão da incompatibilidade entre o orçamento do projeto e o dimensionamento da meta.

ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES MILITARES TERRESTRES

Nesse objetivo as Forças Armadas priorizaram a realização de obras urgentes nas organizações militares (OM) situadas em todo o território nacional.

Dessa forma, as três metas de adequação de organizações militares foram integralmente cumpridas, enquanto a construção do Hangar para abrigar a aeronave KC-390 foi postergada em razão do andamento dos projetos KC-X/KC-390.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NA COMUNICAÇÕES E INTELIGÊNCIA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL

O objetivo foi atingido, tendo em vista os avanços obtidos nas áreas da cibernética, nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação. Todas as quatro metas inerentes à Defesa foram alcançadas.

Na área da defesa cibernética, cabe mencionar a implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética e a estruturação do Comando de Defesa Cibernética, criado para proteger os sistemas de informações e neutralizar ataques. No campo da segurança da informação, a autoridade certificadora da defesa emitiu em 2019, segundo ano de funcionamento, cerca de 1.500 certificados, acumulando um total de 2.000 nos dois primeiros anos de funcionamento.

Os serviços disponibilizados pelo Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) foram ampliados no período com a efetiva entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Comunicações (SGDC). E, em 2019, essa capacidade foi expandida com a instalação de novos pontos de presença. Na área de comando e controle (C2), o destaque foi a continuidade do desenvolvimento de aplicativos *softwares* de C2, amplamente empregados nas atividades de preparo e emprego do Exército.

No Programa Nuclear da Marinha (PNM) tiveram continuidade as obras prediais do Centro Experimental Aramar, em Iperó (SP), onde são abrigados o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) e as demais instalações que atendem ao Programa.

APARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

No Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (Prosub) foi entregue o primeiro submarino (Riachuelo), que se encontra em testes. O segundo submarino (Humaitá) teve suas cinco sessões integradas e foi construído 65,1% do Estaleiro e da Base Naval.

No que se refere ao aparelhamento da Força Terrestre, cita-se como destaques os Programas Astros 2020 e Guarani. O Programa Guarani dotará o Exército de blindados sobre rodas desenvolvidos no país e o Programa ASTROS 2020 entrega à artilharia novas capacidades dissuasórias e de apoio de fogo.

No decorrer do PPA 2016-19 foi concluído o desenvolvimento do foguete guiado e adquiridas viaturas e munições para o Sistema ASTROS, totalizando com essas entregas, 42,5% do programa e 52% do sistema de lançadores múltiplos.

Em relação ao Programa Guarani, no período do PPA foram entregues 197 viaturas blindadas 6x6 e adquiridos 75 kits completos de Comando e Controle e 11 Sistemas de Armas.

No que concerne à Força Aérea Brasileira, os projetos mais importantes são: H-X BR, FX-2, KC-X (Desenvolvimento) e KC-390 (Aquisição das aeronaves).

No Projeto H-X BR, que visa o desenvolvimento, produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, em 2019, foi recebida a 35ª unidade. Já o Projeto FX-2 dotará a Força Aérea Brasileira de novos caças multiemprego. A primeira aeronave brasileira teve a campanha de ensaios iniciada em agosto de 2019 com a realização de seu primeiro voo.

Os Projetos KC-X e KC-390 referem-se, respectivamente, ao desenvolvimento e à aquisição de 28 Cargueiros Militares, de projeto e fabricação nacional. Em 2019, a aeronave desenvolvida se encontra em fase de certificação final, com conclusão de 91,5% do desenvolvimento. Também foram entregues duas aeronaves do projeto KC-390, sendo prevista a entrega de mais três em 2020.

Ainda que os projetos estratégicos tenham tido avanços no período de 2016 a 2019, o Objetivo ficou prejudicado principalmente, em decorrência das restrições orçamentárias. Das sete metas propostas, apenas a de incorporação de 10 meios navais e aeronavais à Marinha do Brasil atingiu o percentual previsto para o final do período.

PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Ao longo do período de vigência do PPA foram realizados 20 exercícios militares conjuntos. Esses eventos contribuíram para a ampliação dos níveis de adestramento e prontidão logística das Forças Armadas, em favor das eventuais hipóteses de emprego. Destacaram-se em 2019, a realização dos exercícios militares Meridiano, Azuver, Panamax e Felino.

Também releva mencionar, que em 2019, o Ministério da Defesa realizou as “Operações Ágata”, destinadas à redução dos crimes transfronteiriços e ambientais e diversas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) sendo as mais emblemáticas a Amazônia Azul, visando à minimização dos danos ambientais por resíduos de óleo que atingiram a costa brasileira e a Operação

Verde Brasil, com o objetivo de diminuir os índices de incêndios e crimes ambientais na Região Norte.

No que se refere ao planejamento e à execução de operações e exercícios militares, considera-se que o objetivo e suas metas foram alcançados.

MONITORAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE E AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS

No que diz respeito à meta de realização de 100 operações de fiscalizações das águas jurisdicionais, no período do PPA foram realizadas 403 fiscalizações. A diminuição da quantidade nos dois anos finais do PPA deveu-se às dificuldades de ordem financeira para realizar manutenções nos meios navais que realizam patrulhas e inspeções.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) atingiu 97% de implantação do Projeto Piloto (Mato Grosso do Sul) até o final de 2019, e 12,6% do total previsto para o Programa.

No que se refere ao espaço aéreo e à defesa aeroespacial, desde 2016 vem sendo empregados satélites no monitoramento e controle. O emprego dessa tecnologia contribui para o aperfeiçoamento da fiscalização sobre o uso de aeródromos fora da faixa de fronteira brasileira, o que proporcionou ampliação da capacidade de atuação da FAB.

Não obstante os progressos obtidos o objetivo não foi plenamente atingido, visto que cinco das seis metas estabelecidas não foram alcançadas em razão da incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta. Contudo, vale mencionar que quatro das metas não alcançadas atingiram percentuais acima de 60% de realização.

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS E DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Nos últimos anos, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil vem priorizando o desenvolvimento e a fabricação de produtos de defesa nacionais, visando redução da dependência tecnológica e superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis.

No que se refere ao processo de catalogação de produtos de defesa, ao final de 2019, houve um crescimento de 74,2% no total de itens catalogados. Destaca-se, em 2019, a continuidade dos Projetos de CT&I de interesse da Defesa, com iniciativas de integração governo-universidade-empresa.

Entretanto, três das seis metas desse objetivo não foram atingidas em função da edição de normativos que impactaram o cumprimento integral das metas ou pela incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta.

COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E A SOCIEDADE

Além das suas atribuições precípuas, o Ministério da Defesa realiza várias ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil.

O Programa Calha Norte PCN se destaca pela execução de transferências voluntárias de recursos da União a estados e municípios específicos. Em 2019 foram celebrados 472 convênios.

No apoio à infraestrutura nacional, a engenharia do Exército realizou, em 2019, asfaltamento de rodovias, manutenção de estradas, recuperação das margens do Rio São Francisco, dentre outras obras importantes para o desenvolvimento do País.

Cabe destacar também, em 2019, o apoio às ações de socorro decorrentes do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho – MG; no combate aos incêndios ocorridos na floresta amazônica (Operação Verde Brasil); e no atendimento aos imigrantes da Venezuela, no âmbito da Operação Acolhida.

Na área educacional, o Projeto Rondon é desenvolvido em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior públicas e privadas. Foram capacitados na vigência do PPA, 2.973 rondonistas.

O Ministério da Defesa também promoveu ações de formação profissional, a exemplo do Projeto Soldado Cidadão que capacitou 35.342 jovens, no período de 2016 a 2019. Na área de assistência social, merece destaque o Programa Forças no Esporte – Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo que juntos beneficiaram 28.000 crianças e adolescentes

Pelo exposto, conclui-se que o objetivo foi atingido, com três das quatro metas alcançadas, à exceção do Projeto Rondon, que alcançou 80% do planejado.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Brasil enfrentou dificuldades no equilíbrio das contas públicas no período de vigência do PPA 2016-2019 e para enfrentar a situação foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Novo Regime Fiscal). No contexto de restrição fiscal, a evolução dos objetivos do Programa Defesa Nacional foram impactadas por limitações orçamentárias e financeiras, com reflexo nos resultados do PPA.

As dificuldades fiscais impactaram a implementação da Política de Defesa Nacional ao fazer com que as dotações consignadas nas leis orçamentárias anuais fossem inferiores às necessidades do Programa, contudo, de uma forma geral, os objetivos e as metas do Programa 2058 tiveram desempenho satisfatório, pois das 44 metas de responsabilidade do MD, 55% foram atingidas e 45% não alcançaram o percentual previsto. Vale justificar que 41% das metas não alcançadas obtiveram percentual acima de 70% de execução.

Cabe ressaltar que o MD realizou os arranjos de gestão necessários a fim de minimizar os impactos das restrições orçamentárias, priorizando o cumprimento

das metas previstas no PPA, principalmente aquelas relacionados aos projetos estratégicos de defesa.

Por fim, vale ressaltar, que a execução da Política de Defesa Nacional e a manutenção da capacidade de defesa do país são objetivos de caráter contínuo, por isso a perspectiva é de que nos próximos exercícios sejam continuados os esforços de investimentos estratégicos no setor de defesa.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL